O SAMBA E A CIDADE: RACIALIZAÇÃO E SOCIABILIDADES ORGANIZACIONAIS EM RODAS DE SAMBA DE BELO HORIZONTE

CAROLINE NAYARA MARILAC FLÔR;
LUIZ ALEX SILVA SARAIVA[2]

[1]*Universidade Federal de Minas Gerais – carolinemariflor@gmail.com*
[2] *Universidade Federal de Minas Gerais – saraiva@face.ufmg.br*

Resumo

Buscamos compreender neste texto de que modo o samba, enquanto manifestação cultural negra, revela e tensiona os processos de hierarquização racial e espacial que estruturam a cidade contemporânea. Este trabalho parte do pressuposto de que as rodas de samba, embora frequentemente associadas à periferia urbana sob uma lógica que tende a marginalizar o samba como expressão cultural negra, ocupam hoje uma posição cada vez mais central no cenário cultural da cidade de Belo Horizonte. Nesse sentido, o espaço, enquanto objeto constante de organização e ação simbólica, não se fixa, uma vez que as sociabilidades estão em permanente reconstrução. O mesmo espaço que possibilita também impõe limites ao que nele pode emergir. É o que se observa nas configurações contemporâneas das rodas de samba, que se reconfiguram à medida que outros modos de organização, ao se desvencilharem de uma visão hegemônica, (re)constroem aspirações contraculturais orientadas à liberdade, à cidadania e à autonomia.

Palavras-chave

Samba; cidade; Rodas de samba; Racialização. Sociabilidades organizacionais.

Introdução

Buscamos compreender neste texto de que modo o samba, enquanto manifestação cultural negra, revela e tensiona os processos de hierarquização racial e espacial que estruturam a cidade contemporânea. Este trabalho parte do pressuposto de que as rodas de samba, embora frequentemente associadas à periferia urbana sob uma lógica que tende a marginalizar o samba como expressão cultural negra, ocupam hoje uma posição cada vez mais central no cenário cultural da cidade de Belo Horizonte. Longe de se restringirem a espaços periféricos ou subalternizados, as rodas de samba operam como dispositivos de produção de sociabilidades racializadas, hierarquias sociais e disputas simbólicas no espaço urbano. A reconfiguração das rodas de samba enquanto agentes ativos na produção da cidade inscreve-se em um cenário marcado por tensões entre reconhecimento, legitimação e desigualdade racial, particularmente no contexto urbano.

Tais espaços, historicamente associados à malandragem, à pobreza e à criminalização das práticas culturais negras (LOPES & SIMAS, 2024; PEREIRA, 2023), passam a ocupar novos territórios da cidade, produzindo deslocamentos simbólicos e materiais que incidem diretamente sobre dinâmicas de consumo, circulação de públicos heterogêneos e acesso a

recursos econômicos e culturais. Nesse sentido, o questionamento central se refere a como as configurações contemporâneas das rodas de samba em Belo Horizonte possibilitam outras configurações a cidade, ao mesmo tempo em que reinscrevem desigualdades internas no próprio campo do samba e espaços relacionados.

Ao longo de sua história, samba passou por algumas realocações hierarquizantes no interior das dinâmicas sociais de seu consumo, especialmente a partir de sua incorporação enquanto mercadoria no âmbito da indústria cultural para a legitimação de uma cultura nacionalista. Antes desse processo capitalista, o samba era, até determinado momento a representação de uma sociabilidade ancestral negra. Mesmo antes de o verbete "samba" existir (LOPES & SIMAS, 2024), suas práticas eram compreendidas sobretudo como celebração, articulada a memória, pertencimento e formas coletivas de existências e oralidades negras em diáspora. Mas será que isso se perdeu? Ou há formas de reinscrição territorial no contemporâneo? Ao deslocar-se do âmbito local de ancestralidade para uma circulação ampliada de mercado de alcance nacional e transnacional, o samba passa por uma reconfiguração organizacional significativa de sentido e função social. Nessa mudança de escala, enquanto expressão da cultura negra, deixou de responder prioritariamente às dinâmicas e demandas dos territórios e sujeitos que historicamente o produziram (SODRÉ, 2002), passando a ser operacionalizado segundo outras lógicas culturais, políticas e econômicas no interior do projeto de nacionalidade brasileira, colocando em lógica um apagamento.

Engana-se, contudo, que esse processo de apagamento ocorreu de maneira passiva. O movimento diaspórico forçado teve, em sua produção, corpos em resistência a uma norma colonial infligida a época, em que saberes, religião, identidades, oralidades e territorialidades pautadas em um olhar político-cultural, sustentaram e construíram possibilidades de resistência da população afrodiaspórica brasileira ou afrodescendente brasileiros que constroem de um movimento diaspórico desagregador em um assentamento transnacional cultural (GILROY, 2012, p. 35), mais precisamente como "negros dispersos nas estruturas de sentimento, produção, comunicação e memória, que chamo de atlântico negro".

No caso do Brasil pós-colonial, observa-se esse deslocamento de etnias para as grandes cidades em busca de novas constituições de vida, marcadas pela busca por pertencimento. Trata-se da formação histórica da população afrodiaspórica no Brasil, cuja experiência transnacional anunciava novas constituições políticas negras como práticas religiosas, educacionais, políticas, econômicas e culturais, como o samba. O samba na cidade agora perpassava pela negação de identidades negras e de suas crenças, a cidade em termos geográficos se torna dividida pelo projeto de modernização e para isso uma emergência de um organizar de branqueamento do país se estabelece. E em termos sociais, a cidade se torna segregada racialmente estabelecendo uma organização excludente de um viver e de um não direito a cidade.

Esse processo de deslegitimação não opera apenas no plano simbólico, mas produz enquadramentos sociais e espaciais que organizam a circulação dessas manifestações na cidade, certamente também do direito a cidade (LEFEVBRE, 2001). Ao serem confinados às periferias das urbes, as práticas culturais negras passam a ser reguladas por normas implícitas e explícitas que definem quem pode ocupar determinados espaços urbanos, em que condições e sob quais expectativas, tudo respaldado pela lei da vadiagem, que embora tenha sofrido alterações, ainda sobrevive na forma como a sociedade regula corpos, em especial na periferia (SARAIVA, 2024). Esse processo de desumanizar as vivências, culturas e crenças que são coligadas a uma normativa social histórica, é um projeto que se configura desde o Século XVIII no modelo de racionalidade (FOUCAULT, 2014).

Mesmo diante da complexidade que atravessa o conceito de cultura, é possível afirmar que se trata de um conceito em disputa (WILLIAMS, 1976; HALL, 1997) principalmente quando levamos esse debate sobre a vida social na cidade. Isso porque a cultura pode ser compreendida, por exemplo, a partir de uma episteme marxista, vinculada à materialidade das relações sociais entre os sujeitos e aos modos de produção e produção da vida social (EAGLETON, 2005; LEFEVBRE, 2016), ou, por exemplo, por meio de uma lógica positivista, que a estabelece como um conjunto de normas pré-definidas, responsáveis pela manutenção da ordem social (DURKHEIM, 1996; PARSONS, 1951). No campo da Antropologia, o termo cultura se associa à compreensão de grupos particulares, não sendo entendido como um repertório fixo de práticas, mas como um processo dinâmico de produção de sentidos (GEERTZ, 1989). Trata-se de um conceito profundamente marcado por relações de poder, hierarquias sociais e conflitos históricos, especialmente quando observado a partir das experiências de grupos racializados e subalternizados (QUIJANO, 2005).

Nesse sentido, o que se constrói neste texto também são tentativas de compreensão que emergem das delimitações teóricas e das possibilidades de construção do pensar a cultura negra na cidade, e os tipos de organizações que dela emergem na medida em que essa abordagem permite tensionar diferentes dimensões da dinâmica urbana e de suas organizações hegemônicas. Ao observar tais práticas, buscamos compreender de que modo o samba, enquanto manifestação cultural negra, revela e tensiona os processos de hierarquização racial e espacial que estruturam a cidade contemporânea. Tal perspectiva evidencia o samba não apenas como expressão cultural, mas como prática social atravessada por disputas simbólicas, processos de racialização e formas específicas de ocupação e significação do espaço urbano (MOURA, 1995; LOPES, 2011; SODRÉ, 2002). Mesmo em construção, as argumentações do texto se pautam pelos tensionamentos nas configurações contemporâneas e práticas da vida em sociedade, e de como esta vida pode acontecer e acontece no contexto urbano.

O texto se organiza em quatro partes. Na primeira, apresenta-se uma introdução ao debate sobre a organização do samba enquanto uma organização negra que reorganiza fluxos urbanos, evidenciando que o reconhecimento cultural não elimina as hierarquias raciais, mas as reconfigura. Em seguida, desenvolve-se a fundamentação teórica e empírica que sustenta os argumentos propostos. Por fim, o texto explicita tanto os desdobramentos já alcançados quanto aqueles que ainda se encontram em construção na pesquisa sobre o samba e cidade.

Modernidade e racialização do espaço urbano

O projeto moderno de sociedade (HALL, 2006; FOUCAULT, 2014), perpassa por posições teóricas múltiplas, a partir do deslocamento social do que se tem por sociedade, que se pauta a economia, política, cultura, o sujeito, saber e poder. Nesse intuito confere aqui que a condição moderna é uma prorrogativa normalizante do ser e do estar a partir de certos regimes de verdade. Giddens (1991), ao trabalhar as descontinuidades ou desencaixe da modernidade em seu livro “As consequências da modernidade”, postula que a modernidade é institucionalizada globalmente e totalizante. Homogeneizar, então, não se trata apenas de analisar suas descontinuidades estruturais, mas interrogar os dispositivos que tornam certas formas de vida inteligíveis e outras descartáveis. É fortuito então pontuar que a modernidade, enquanto pertencente a um certo regime de verdades, não pode ser entendida apenas como reorganização institucional, mas como tecnologia de poder que hierarquiza corpos ignorados, assim como saberes e experiências (GIDDENS, 1991).

Ao pontuarmos a colonização como um projeto moderno de pensar determinada sociedade, já que é partir dela que se materializa o homem civilizado e suas prolongações "civis", veremos que o discurso da inferioridade do outro – que coloca o homem universal e racional como resultado arquitetado da episteme moderna e de conhecimento hegemônico que compreende que as divisões das "civilizações" – tem sua égide no discurso da raça. Raça passa a organizar sociedades e o modos de vida, assim como o contexto urbano.

Os estudos culturais permitem justamente deslegitimar esse olhar homogeneizador ao descentrar discursos que constroem sociedades e sujeitos a partir de uma normativa social de ser. Tal normativa se concentra na estrutura do social enquanto organização excludente. Nesse processo, uma certa "racionalidade" segregadora invocada para ordenar o espaço, acaba ratificando a expulsão dos considerados incômodos, inconvenientes, ou mesmo ameaçadores, enfim, os esbulhados de sempre para periferias (LEFEBVRE, 2016). Assim, ligando a história da cultura brasileira, de um lado, e das ideias que sobre ela influíram e, em geral, as evoluções das grandes correntes religiosas, política e filosóficas do Ocidentes, e, em particular, as condições específicas de nossa formação social, como o país, a raça e as formas de estrutura social (AZEVEDO, 2010), temos a construção social brasileira que se mostra dentro em um espectro racial urbanístico segregacionista.

O espaço aqui dialogado com Lefebvre (2016), que parte de olhar político do conceito, tem justamente o intuito de considerar as diferenças como portadoras das produções das relações não somente como a produção de forças produtivas em um cenário capitalista como o nosso, mas de articular o espaço urbano que promove as (re)configurações de se pensar espaço. Para isso é preciso justamente questionar ou afirmar que ele não se caracteriza como um lugar neutro, pois é um espaço instrumentalizado pela racionalidade moderna, e, paralelamente, que: "o espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de reprodução" (LEFEVBRE, 2016, p. 47). Tratando então dessas relações, localizamos os fenômenos sociais citadinos. Os fatores que contribuem para produção dos fenômenos sociais, como cultura, por exemplo, que mobiliza a criticidade dos desenvolvimentos das cidades, é um dos mais importantes ao intensificar as energias coletivas e de levar ao mais alto grau de desenvolvimentos possível das capacidades latentes e dispersas na população.

É na cidade, enquanto organização contemporânea, concebida como um conjunto múltiplo de ações coletivas, elaboradas em diversas dimensões, plena de significados e construtora de identificações, que se configura como uma mega organização real e virtual, concreta e simbólica (FISCHER, 1996). A partir dessa compreensão, é possível problematizar as organizações locais inseridas em um espectro moderno de racionalização do espaço urbano. Torna-se necessária, portanto, uma reflexão sobre o espaço urbano não como uma configuração pré-estabelecida, mas como uma produção que resiste a um agir moderno e que o mesmo produz a cidade em suas inúmeras possibilidades e contradições.

Ao conferir à cultura negra centralidade na produção de outras possibilidades de articulação organizacional, a cidade passa a engendrar "organizações outras", que conciliam o social e o lucrativo, a arte e o negócio. De acordo com Tânia Fischer (1996), tais organizações constituem-se como articuladoras de fragmentos de culturas locais, de tradições reinventadas e de fluxos de significados, símbolos e intercâmbios, sendo reflexos do que foi e do que é. Pensar e articular a cidade implica compreender que ela é atravessada pela pluralidade, e não pela uniformidade, mas também assumir que a não organização é, em si, uma forma de organizar a urbes. Assim como Saraiva e Carrieri (2012), Mac-Allister (2004), Fischer (1996) e Czarniawska-Jorges (1997) articulam a relação organização-cidade a partir do desenvolvimento de proposições reflexivas e sofisticadas sobre o que a cidade representa e também sobre o que

ela não representa, sobretudo ao tensionarem normativas geográficas e urbanísticas, o que inclui questionar posições segregacionistas a título de higienização social.

Organiz(ação) negra a partir do samba: cultura negra

Na medida em que a experiência da vida contemporânea se desenrola sobretudo nas cidades (SARAIVA, 2024), a dinâmica urbana se revela como um dos principais espaços de materialização da modernidade enquanto projeto histórico ainda em curso (LEFEBVRE, 2016), responsável por instituir e reproduzir normas sociais, formas de ordenamento e processos de exclusão. O samba, mesmo dentro desse espectro moderno de sociedade, pauta em suas inúmeras existências pluralísticas do que se tem por grupos sociais. A partir disso, é necessário encará-lo não apenas como uma expressão cultural negra, mas como uma prática social organizacional, não hegemônica, que articula territorialidade e produz a cidade enquanto sociabilidades urbanas, disputando regimes de visibilidade e tensionando as hierarquias raciais em espaços urbanos.

A urbe, enquanto produtora de continuidades, rupturas e inovações culturais se produz pelo samba nessa mesma posição de temporalidade e relação, quando assumimos que o processo de modernização em desenvolvimento histórico perpassa pela prorrogativa de "civilidade", isto é, dentro daquilo que não é considerado "humano", partimos do que se dirige ao reativo da cultura negra neste paradigma moderno. O samba passou por uns dos aspectos politicamente mais evidentes construído e disseminado na sociedade brasileira: o embranquecimento racial e cultural, com fins de acentuar a ideia de nacionalização. Ser "moderno" implicou embranquecer a cultura local dentro dos parâmetros de modelos eurocêntrico.

A cidade como organização local por excelência (FISCHER, 1996) e enquanto um espaço urbano permeado de relações de poder, disputas simbólicas e materiais, delimitações culturais políticas (que de uma maneira se constrói e construído pela população, permite apresentar cenas de interações culturais) que oferecem um outro pensar de organização. Saímos de um olhar hegemônico de pensar organização, e pontuamos as rodas de sambas na cidade de Belo Horizonte produzem e vivem a sua própria versão de cidade, que de certa maneira espelha suas condições de existência. Quando relacionamos raça e sociabilidade na esfera da urbe, tornam-se visíveis as evidências circunscritas à própria cultura negra. Cultura que sustenta práticas, estéticas e memórias fundamentais da história da própria cidade, ao mesmo tempo em que é sistematicamente marginalizada por uma lógica urbana que a consome mercadologicamente, mas nega a negritude que constrói e vitaliza Belo Horizonte.

As rodas de samba se constituem a partir de formas múltiplas de sociabilidade na cidade, atravessadas por hierarquias e por dinâmicas organizacionais que delimitam pertencimentos, visibilidades e silenciamentos. As razões e os sentidos que as pessoas atribuem às suas experiências, apesar de serem tão diversos, suscitam questões centrais sobre a sociabilidade a partir da roda de samba. Ainda que os meios sociais sejam construídos pela cultura associada a determinados contextos, coloca-se a indagação: ainda que as rodas de samba constituam espaços de sociabilidade e produção cultural, essas práticas são organizadas no interior da cidade em múltiplos espaços? De que modo que raça, renda, consumo e localização territorial influenciam a formação de seus públicos, seus modos de circulação e seu reconhecimento no espaço urbano ou território?

Tendo em vista que essa indagação não é fácil de ser reconhecida, ela se constitui como uma proposição reflexiva no âmbito de uma pesquisa em andamento sobre o samba belo-

horizontino. Tal provocação ou reflexão frente a pesquisa entre outras perpassa esse texto a partir da aproximação com campo.



Figura 1 – Roda do samba da meia-noite em Belo Horizonte
Fonte: Dados da pesquisa.

A figura 1 representa como o território é disputado a partir de um agir político em prol da existência e a produção cultural negra em sua disseminação oralista e corporal pela cidade. O Samba da meia-noite, como é conhecido, acontece à meia-noite de uma a duas vezes ao mês e sob um viaduto muito representativo na cidade Belo Horizonte, o Viaduto Santa Tereza, um espaço localizado onde se concentra o *baixo centro* de Belo Horizonte. A nomeação de baixo centro carrega em si um processo histórico da própria construção da capital. Segundo Gomes e Saraiva (2025), Belo Horizonte pode ser compreendida como uma cidade cindida em duas dinâmicas socioespaciais, de um lado, a porção alta concentra bairros nobres, além de marcos arquitetônicos associados a projetos estéticos e políticos específicos, como as obras de Oscar Niemeyer e referências ao *Palais de Versailles*. De outro, a parte baixa, historicamente concebida para atividades comerciais, passou a ser apropriada majoritariamente por trabalhadores assalariados, configurando-se, ainda hoje, como um espaço de circulação marcado por certa desqualificação simbólica, próximo à ideia de "não lugar" (GOMES; SARAIVA, 2025).

Aqui samba enquanto cultura negra organizativa se debruça também sobre as dimensões do espaço construído e espaço interacional (SODRÉ, 2002). O autor nos ajuda compreender como o Samba da meia-noite e o Viaduto Santa Tereza articulam entre si essas duas dimensões. Mesmo que de fato a capital tenha sua inspiração europeia arquitetônica, a produção do espaço

(LEFEBVRE, 2001), constrói, ou melhor, produz uma outra cidade, como o baixo centro, pois é uma ação continua de movimento ao espaço disputado. O Viaduto Santa Tereza se configura como um espaço político na cidade, na medida em que concentra e impulsiona diferentes formas de reivindicação cultural e social. É nesse espaço onde manifestações ligadas ao carnaval, ao funk, ao rap e ao samba se articulam, assim como passeatas e atos públicos voltados, sobretudo, à denúncia das desigualdades e dos preconceitos. As interações que esse espaço produz constrói um centro, é o que configura o centro e as margens da cidade (SARAIVA; SILVA, 2024), tornando assim o samba uma organização outra, ou sobre os preceitos de Gilroy (2010) uma cultura diaspórica na e da cidade.

Considerações desenvolvidas e em desenvolvimento

A cidade, enquanto espaço político, é permeada por inúmeras complexidades sociais, relações de poder, disputas simbólicas e materiais, bem como por delimitações culturais que se constituem a partir do espaço e do território, este último entendido como campo de disputa por pertencimento. A partir disso, temos buscado articular que é na cidade que a organização do samba revela uma urbe negra cultural, ainda que frequentemente negada, como no não reconhecimento em determinados espaços, os quais, no entanto, são acionados quando se tornam de interesse do mercado. Isso sugere enquadramentos frequentemente descolados das condições sociais, raciais e políticas que o engendram, o samba se torna um bem cultural valorizado, mas essa valorização não elimina as desigualdades raciais que estruturam sua produção.

Paralelamente, o samba, enquanto expressão cultural e política negra, subverte uma episteme moderna de produção de conhecimento sobre a cidade. É pelo samba que identificamos o processo de não validação desse agir normativo da sociedade, evidenciando outro modo de agir: uma ação que se desenvolve nas corporalidades e oralidades, nas aglomerações urbanas que se formam em torno daquilo que se compreende como cidade também (SARAIVA, 2024) “quando a discussão sobre cidade é estabelecida pelas pessoas”. Essa discussão traz à luz uma crítica à construção do espaço urbano, mais especificamente no que diz respeito a quem ele é destinado o que leva a problematização do próprio planejamento urbano (LEFEBVRE, 2009).

Belo Horizonte, planejada como capital sob a inscrição europeia de urbanização, desenvolveu-se por meio de espaços que reivindicam essa projeção idealizada (GOMES; SARAIVA, 2025), direcionando-se a uma lógica de segregação espacial e racial (SARAIVA; SILVA, 2024). Ao vivenciar a cidade em seus espaços culturais, observa-se que o que pulsa são expressões culturais negras. No entanto, os sujeitos que usufruem desses espaços nem sempre correspondem à população negra da cidade. Quando o samba entra em cena, espaços urbanos como o Viaduto Santa Tereza aqui mencionado, tornam-se territórios de ressignificação, nos quais práticas culturais negras reconfiguram o uso e o sentido do espaço urbano.

A produção do espaço, embora, seja compreendida majoritariamente sob uma perspectiva funcional que agrega produtos, serviços e recursos variados, nas Ciências Sociais complexifica-se na medida em que coloca em questão quem produz esses espaços e quais são os seus resultados. Ao construirmos outro tipo de reflexão, que entende a produção do espaço como uma produção política, alcançamos um novo nível de debate, especialmente no que se refere à raça. O samba, em sua maestria social e histórica, sempre produziu “espaços negros” (SANSONE, 1996) por meio da ancestralidade com saberes, religião, identidades, oralidades e

territorialidades pautadas em um olhar político social e cultural. No entanto, quando tensionado por uma cidade estruturada por diferenciações sociais e raciais orientadas por um ideal de modernidade, esse processo de produção do espaço torna-se eminentemente político por pertencimento. Além disso, quando espaços como praças, esquinas, viadutos e bares passam a tensionar as normatividades urbanas, a territorialidade converte-se em uma luta por reconhecimento.

Nesse sentido, o espaço, enquanto objeto constante de organização e ação simbólica, não se fixa, uma vez que as sociabilidades estão em permanente reconstrução. O mesmo espaço que possibilita também impõe limites ao que nele pode emergir. É o que se observa nas configurações contemporâneas das rodas de samba, que se reconfiguram à medida que outros modos de organização, ao se desvencilharem de uma visão hegemônica, (re)constroem aspirações contraculturais orientadas à liberdade, à cidadania e à autonomia.

Referências

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CZARNIAWSKA-JOERGES, B. Learning organizing in a changing institution order: examples from a city management in Warsaw. **Management Learning**, v. 28, n. 4, p. 475-495, 1997.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. 17. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.

FISCHER, T. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais Salvador, BA, cidade puzzle. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 3, p. 74 a 88, 1996.

FOUCAULT. M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo, SP: UNESP, 1991.

GILROY. P. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo, SP: 34, 2012.

GOMES, M. N.; SARAIVA, L. A. S. BH é (de) quem? Reforma urbana e racismo nas margens do hipercentro de Belo Horizonte. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, XII, Goiânia, 2025. **Anais...** Goiânia: ANPAD, 2025. p. 1-19.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p. 15–46, jul./dez. 1997.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
LOPES, N. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

LOPES, N.; SIMAS, L. A. (2024). **Dicionário da história social do samba**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MAC-ALLISTER, M. A cidade no campo dos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 11, n. spe., p. 171-181, 2004.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOURA, R. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Funarte, 1995.

PARSONS, T. **The social system**. Glencoe: Free Press, 1951.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SANSONE, L. Nem somente preto ou negro: O sistema de classificação racial no Brasil que muda. **Afro-Ásia**, n. 18, p. 165-187, 1996.

SARAIVA, L. A. S. A cidade e suas margens em movimento: provocações do sul global. In: SARAIVA, L. A. S. **Cidade, centros, margens**. Cachoeirinha: Fi, 2024. p. 38-61.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI. A. P. (2012). Organização-cidade: Proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 2, p. 552-568, 2012.

SARAIVA, L. A. S.; SILVA, E. J. F. Planejamento urbano e invisibilização racial em Belo Horizonte. **Baru – Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 10, n. 1, p. 1-20, 2024.

SODRÉ, M. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

WILLIAMS, R. **Culture**. London: Fontana, 1976.